



Flexibilização, adaptação e transformação: a atuação do setor privado na educação pública

Flexibility, adaptation and transformation: the performance of the private sector in education

Flexibilidad, adaptación y transformación: el desempeño del sector privado en la educación

Paula Trajano de Araújo Alves¹ ; Solonildo Almeida da Silva² ;
Sandro César Silveira Jucá³ 

RESUMO

Esta pesquisa objetiva compreender a atuação do setor privado no sistema de ensino da rede pública estadual do Ceará. Por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental apresenta-se uma análise das atividades relacionadas ao sistema de ensino e aos profissionais da educação no contexto da pandemia de Covid19. O estudo divide-se em duas seções: a primeira apresenta a operação empresarial na esfera pública e a segunda expõe algumas das suas atividades no ano de 2020 e 2021 no contexto de atividades educacionais remotas. Após a análise conclui-se que no período de pandemia intensificou-se o processo de mercantilização e empresariamento da escola pública.

Palavras-chave: Pandemia; Escola pública; Ensino Médio.

ABSTRACT

This research aims to understand the performance of the private sector in the state public school system of Ceará. Through a bibliographic and documentary research, an analysis of the activities related to the education system and education professionals in the context of the Covid19 pandemic is presented. The study is divided into two sections: the first presents the business operation in the public sphere and the second exposes some of its activities in the year 2020 and 2021 in the context of remote educational activities. After the analysis, it was concluded that during the pandemic period, the process of commodification and entrepreneurship of the public school intensified.

Keywords: Pandemic; Public school; High School.

RESUMEN

Esta investigación tiene como objetivo comprender la actuación del sector privado en el sistema de enseñanza de la red pública estadual de Ceará. Por medio de una investigación bibliográfica y documental se presenta un análisis de las actividades relacionadas al sistema de enseñanza y a los profesionales de la educación en el contexto de la pandemia de Covid19. El estudio se divide en dos secciones: la primera presenta la operación empresarial en la esfera pública y la segunda expone algunas de sus actividades en el año 2020 y 2021 en el

¹ Licenciada em Letras, Mestra em Ensino e Formação Docente e Doutoranda em Ensino pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), Fortaleza/CE - Brasil. E-mail: paula.trajano15@gmail.com

² Licenciado em Pedagogia, Mestre em Sociologia e Doutor em Educação e Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), Fortaleza/CE - Brasil. E-mail: solonildo@ifce.edu.br

³ Licenciado em Física, Mestre e Doutor em Engenharia Elétrica e Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), Fortaleza/CE - Brasil. E-mail: sandrojuca@ifce.edu.br

contexto de actividades educativas remotas. Tras el análisis se concluye que en el período de pandemia se intensificó el proceso de mercantilización y empresariamento de la escuela pública.

Palabras clave: *Pandemia; Escuela pública; Escuela secundaria.*

1. INTRODUÇÃO

A pandemia de Covid-19 acentuou a atuação de empresas privadas no cenário educacional público. Sob o discurso da qualidade da educação, algumas atividades desenvolvidas pelo setor privado nesse período de pandemia demonstram claramente o objetivo de intensificar o processo de empresariamento e privatização da educação pública, imprimindo, inclusive, nos profissionais da educação bem como na sociedade em geral ideais produtivistas e neoliberais que reforçam a intenção do capital em ampliar o lucro e manter-se como sistema hegemônico.

Princípios baseados no neoliberalismo, tais como competição, padronização e meritocracia fundamentam muitos processos pedagógicos e já fazem parte da rotina de muitas escolas como se fossem “naturalizados”; e isso no período de ensino remoto com consequente intensificação do sistema de ensino a distância, torna-se ainda mais colocado pelo mercado como princípios essenciais na vida das pessoas, naturalizando a precarização do trabalho docente e de modo geral a exploração do trabalhador perante os ditames do capital.

Nesse sentido, as empresas privadas que atuam na educação pública, tais como Instituto Unibanco, Instituto Ayrton Senna e Fundação Lemann desenvolveram atividades voltadas para gestores, alunos e professores no sentido de formação complementar, mas que contém um caráter notadamente mercantilista; como afirma Luz (2011, p. 445) “por meio das organizações, os empresários movimentam recursos no sentido de difundir um “saber” próprio de suas experiências para o desenvolvimento de ações educacionais”. Isso no período de pandemia se acentuou muito, pois as formações e as palestras carregavam um discurso baseado na ideia de empreendedorismo e flexibilidade requeridas pelo capital contemporâneo.

O Instituto Unibanco (IU) atua na rede estadual pública do Ceará desde 2011 com o Programa Jovem de Futuro (PJF); as escolas estaduais recebem formação e metodologias de desenvolvimento de projeto que intencionam atingir objetivos pré-determinados pelo IU e a rede de ensino. No período de pandemia o IU aumentou sua atuação no sentido de cursos e palestras para gestores e professores e, especificamente no Ceará, criou a “Sala de Gerenciamento de Crise”, equipe montada na Secretaria de Educação do Ceará (SEDUC/CE) com intuito de administrar e orientar ações no âmbito da rede pública estadual voltadas para o contexto de ensino em tempos de pandemia.

Sendo assim, este estudo que ora se apresenta objetiva compreender a atuação do IU na rede de ensino pública, especialmente no Ensino Médio cearense, analisando as atividades voltadas para educação pública por parte da referida empresa. A pesquisa deu-se em documentos oriundos do IU e da SEDUC, considerando os relatórios anuais do próprio Instituto e também o material divulgado nas suas redes sociais no ano de 2021.

2. ALGUMAS EXPLICAÇÕES SOBRE O INTERESSE DO EMPRESARIADO NA EDUCAÇÃO PÚBLICA

O Instituto Unibanco foi criado em 1982 com o objetivo de coordenar as atividades sociais do Conglomerado Itaú Unibanco. Segundo consta no Relatório de Atividades 2003, o Instituto resolveu focar as suas ações na área da educação objetivando “preparar para o trabalho, incentivar ao voluntariado e capacitar os professores da rede pública de ensino”, levando em consideração a seguinte premissa: “nosso problema não está apenas na falta de acesso ao ensino, mas também na má qualidade da educação oferecida, que torna ineficientes os pesados investimentos públicos no setor e perpetua a exclusão social dos pseudo-educados” (INSTITUTO UNIBANCO, 2003, p. 6).

Caracterizando-se como uma instituição do terceiro setor, o Instituto Unibanco compõe o movimento Todos Pela Educação, grupo constituído por empresários de diversas organizações de capital privado, dentre elas o Grupo Pão de Açúcar, Organizações Globo, Grupo Gerdau, Grupo Bradesco, Instituto Ayrton Senna, etc. Sendo assim, o Instituto Unibanco se situa no rol de grandes conglomerados empresariais que atualmente orientam o curso de muitas políticas educacionais no país, implantando a lógica de mercado na esfera pública, acreditando ser essa a via eficiente e produtiva.

No ano de 2007, o Instituto Unibanco definiu que seu foco se concentraria, a partir de então, no ensino médio público, justificando que:

A situação do ensino médio também afeta diretamente o desenvolvimento econômico sustentável, pois atinge o nosso nível de competitividade global. De acordo com estudo do BIRD – Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento, nosso país deixará de ganhar, nos próximos 40 anos, R\$ 300 bilhões – 16% do PIB – porque um grande contingente de jovens não concluiu o ensino médio e não apresenta, portanto, qualificação necessária para o mercado de trabalho (INSTITUTO UNIBANCO, 2007, p. 11).

Como é possível perceber no trecho acima, o argumento usado para justificar a atenção dada ao ensino médio por parte do Instituto alega claramente a questão do ganho (ou perda) de capital relacionado a essa etapa de ensino. Consideramos que isso revela o real interesse dessa corporação empresarial em investir na educação do país. A preocupação é com a competitividade global geradora de lucro.

Segundo o Instituto, o foco no ensino médio é “estratégico para que as novas gerações participem do desenvolvimento sustentável do Brasil, principalmente no momento em que o país começa a despontar como potência emergente no cenário internacional” (INSTITUTO UNIBANCO, 2011, p. 11). O Relatório de Atividades 2007 afirma também que, a partir daquele ano, o Instituto desenvolveria ações no ensino médio divididas em três frentes: educação formal, qualificação para o trabalho e educação ambiental. E, no ano seguinte, 2008, o Instituto inicia o seu projeto principal: Programa Jovem de Futuro - PJF.

O projeto central do Instituto Unibanco é o Programa Jovem de Futuro. Esse programa foi criado objetivando prestar assessoria técnica e programas de formação voltados para impactar nos resultados de aprendizagem do ensino médio. Começou como projeto piloto em algumas escolas dos estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul e, com base nos resultados positivos alcançados nessa fase inicial, em 2009 foi reconhecido pelo Ministério da Educação - MEC como uma tecnologia educacional.

No ano de 2011, o PJJ foi articulado ao Programa Ensino Médio Inovador - ProEMI pelo Ministério da Educação - MEC e, conseqüentemente, após oficialização de parceria com muitos estados, passou a desenvolver ações no âmbito do ensino médio público em vários estados brasileiros, dentre eles o Ceará. No Relatório de Atividades 2011, o Instituto, ao reconhecer a amplitude que o PJJ alcançara naquele momento, afirmou:

Queremos que o programa, ao assumir essa nova dimensão, tenha um impacto social decisivo e mensurável, contribuindo efetivamente para aumentar a escolaridade dos jovens, que precisam concluir a educação básica para prosseguir seus estudos ou ter as condições mínimas de acesso ao moderno mercado de trabalho (INSTITUTO UNIBANCO, 2011, p. 9).

A preocupação em preparar o jovem para o mercado de trabalho aparece de forma constante no discurso promovido pelo IU. Os Relatórios de Atividades do IU de 2003 a 2019 evidenciam esse discurso e refletem a intenção das ações desenvolvidas, qual seja utilizar a escola pública para moldar, adaptar e formar mão de obra minimamente qualificada para o mercado de trabalho. Afirmando que "a conclusão do nível médio está intrinsecamente vinculada às condições necessárias para a ascensão social", o IU reforça também que sua ação "atuará para romper com o ciclo reprodutivo da pobreza, estimulando a escolarização como solução para o apagão da mão de obra especializada" (INSTITUTO UNIBANCO, 2011, p. 11). Para Zientarski (2015, p. 71):

A estratégia defendida é a de colocar a educação como prioridade, apresentando-a como alternativa de "ascensão social" e de "democratização das oportunidades". Efetivamente, no entanto, no âmbito educacional, difundido pelo capital é a racionalidade empresarial. Os valores que ela apregoa são a eficiência como caminho para a competitividade e a produtividade e o lucro como recompensa e fins a serem auferidos; sendo a educação um bem de consumo e fonte de lucro, ela torna-se acessível somente a uma pequena margem da sociedade. (ZIENTARSKI, 2015, p. 71).

Sendo assim, podemos entender que não foi por acaso que o IU escolheu a escola pública para "gerenciar" e aplicar o PJJ. E, ao ser articulado oficialmente pelo MEC a uma grande política voltada para o ensino médio público (o ProEMI) e reforçar repetidamente em seus relatórios que objetiva formar mão de obra qualificada para o mercado de trabalho, efetiva-se mais uma tentativa (dentre tantas que já ocorreram) de implantar um projeto mercantilista de transformação da escola pública, especialmente na etapa de ensino médio. Segundo Laval (2019, p. 87):

Essa ideologia, que transforma a política educacional em uma política de adaptação ao mercado de trabalho, é um dos principais caminhos para a perda de autonomia da escola e da universidade. Obviamente ela é apresentada como um caminho de modernização do sistema escolar, ou até mesmo como o caminho real da democratização. Mas é sobretudo uma reabilitação da empresa, quando não uma estigmatização da educação pública. (LAVAL, 2019 p.87).

Declarando ser uma instituição sem fins lucrativos e mantida por um "fundo patrimonial que garante o alinhamento estratégico com a produção de bens públicos na educação e nossa sustentabilidade no longo prazo", o IU atua em parceria direta com a Fundação Itaú Social e declara ter investido em 2020 a quantia de R\$56.497,00 (cinquenta e seis mil quatrocentos e noventa e sete reais) em suas atividades sociais (INSTITUTO UNIBANCO, 2020a, p. 7).

Além da Fundação Itaú Social, o IU afirma que atua em parceria com outras instituições (ver Anexo B), dentre as quais destacamos: Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, Todos pela Educação, UNESCO, Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE,

Sociedade Brasileira de Econometria, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas e Instituto Natura (INSTITUTO UNIBANCO, 2019, p. 30).

A rede de relações na qual o IU está envolvida inclui instituições públicas e privadas ligadas a grandes empresas nacionais e internacionais atuantes no setor educacional. Sobre esse contexto, Peroni e Caetano (2016a) pontuam que a presença efetiva de consultores oriundos de empresas privadas constitui-se como parte do novo setor de serviços educacionais; esses consultores operam globalmente grandes organizações especializadas em gestão da educação pública. Nesse contexto, “delega-se ao mercado o poder de decisão na esfera pública. Dessa forma, a privatização do público influencia procedimentos, conteúdos e relações de poder que passam a funcionar sob o dogma do mercado” (PERONI; CAETANO, 2016a, p. 417).

Já a parceria institucional da Secretaria de Educação do Estado do Ceará - SEDUC/CE com o Instituto Unibanco - IU foi firmada oficialmente em 2012, tendo por objetivo a implantação do Programa Jovem de Futuro - PJF articulado ProEMI (ProEMI/JF) nas escolas públicas estaduais de nível médio, prestando apoio técnico e financeiro relacionados à gestão para resultados. A SEDUC, em sua página eletrônica oficial sobre o PJF, destaca:

O objetivo da estratégia é auxiliar as equipes gestoras a ampliarem o olhar, o cuidado e as intervenções no campo da gestão estratégica e da gestão de processos da rotina da escola, a fim de produzir impactos efetivos na qualidade da oferta educativa. Para tanto, inspira-se no método PDCA (plan, do, check, act, em português: planejar, executar, checar e atuar/ajustar). O PDCA é, atualmente, aplicado na melhoria contínua de processos de gestão e adaptado à realidade educacional da escola pública brasileira. Vale ressaltar que o Circuito de Gestão é composto pelas etapas de Planejamento, Execução, Monitoramento e avaliação de Resultados e Correção de Rotas. (CEARÁ, 2017, online).

O trecho acima evidencia o caráter metodológico empresarial do PJF. Há muitas expressões típicas da lógica mercadológica, tais como “gestão de pessoas”, “gestão de processos”, “executar”, “monitorar” e “corrigir rotas”, ressaltando-se que isso é adaptado à escola pública.

3. A LÓGICA EMPRESARIAL MERCANTILIZADA EMPREGADA NA ESCOLA PÚBLICA

Até o ano de 2020, o Jovem de Futuro atendeu 3 milhões de estudantes de 11 estados, segundo o Relatório de Atividades 2020 do Instituto Unibanco afirmou que só nesse ano o programa atendeu 3.597 escolas e 1.212.326 estudantes, significando, assim, cerca de 19% das matrículas do ensino médio brasileiro (INSTITUTO UNIBANCO, 2020a, p. 9), ou seja, a dimensão de atendimento desse projeto é muito ampla em todo o Brasil. Sendo assim, são muitas escolas, muitos diretores, muitos alunos e muitos professores seguindo as diretrizes do Instituto Unibanco. A seguir, na Figura 1, a representação da abrangência do PJF em todo o Brasil desde a sua gênese.

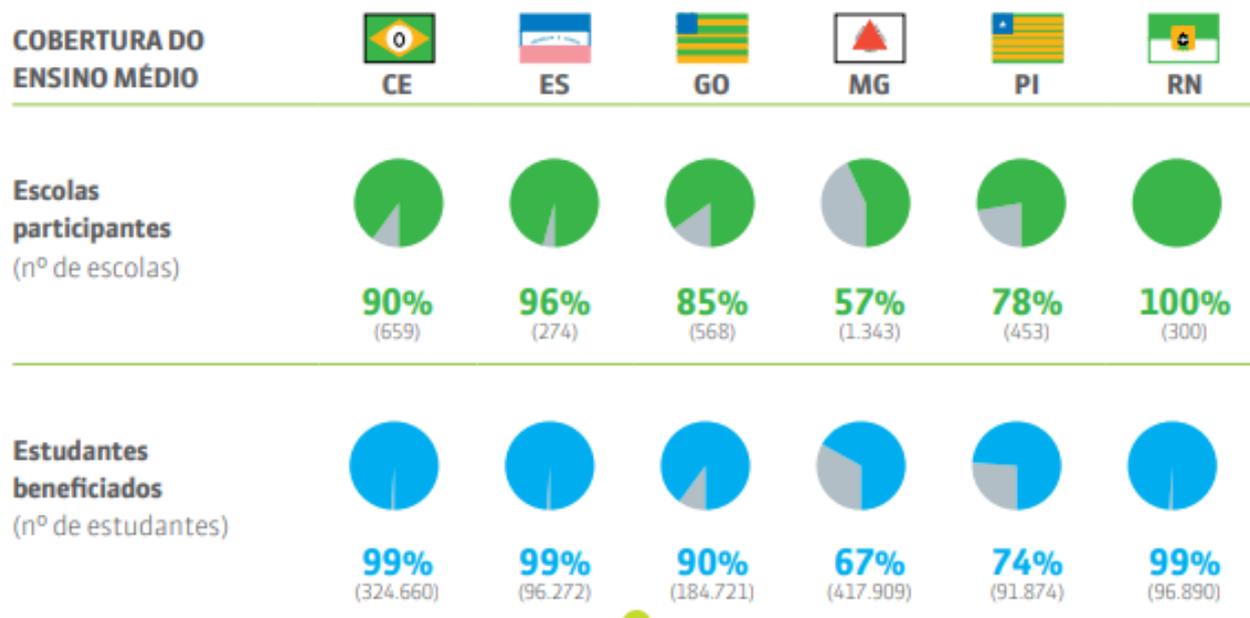
Desde a sua implantação, em 2008, o Programa Jovem de Futuro já foi desenvolvido em 11 estados: Pernambuco, Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte, Pará, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, São Paulo e Rio de Janeiro. Ao longo dos anos alguns estados saem do programa e outros entram, por isso a cada ano variam os estados atendidos. Em 2020, o PJF foi aplicado em 6 estados; como mostrará a Figura 2 a seguir.

Figura 1 - Estados brasileiros cujas redes de educação já participaram do PJJ



Fonte: Elaboração própria.

Figura 2 - Abrangência do Programa Jovem de Futuro no ano de 2020



Fonte: Instituto Unibanco (2020a).

“O Jovem de Futuro adota a premissa de que qualquer escola tem potencial para mudar sua realidade” (INSTITUTO UNIBANCO, 2011, p. 17) e, para isso, adota o conceito de Gestão Escolar para Resultados de Aprendizagem - GEpR, base de sustentação do Programa Jovem de Futuro nas escolas. Esse modelo apresenta aos gestores escolares estratégias e instrumentos que tornam as ações pedagógicas mais eficientes (de acordo com os objetivos propostos pelo projeto) e produtivas.

Zientarski (2015, p. 66), ao tratar sobre os princípios que orientam a elaboração e execução do PJJ, afirma:

Os princípios orientam para um trabalho com foco nos resultados positivos de ensino e aprendizagem. Neste sentido, apresenta aos gestores escolares estratégias e instrumentos que tornem o trabalho escolar eficiente, criativo e produtivo, ou seja, assim como no mercado de trabalho, estas são exigências semelhantes, caracterizando a lógica produtivista do modo de produção capitalista no âmbito das escolas. (ZIENTARSKI, 2015, p. 66).

Todos os procedimentos são estratégicos e intencionam obter um resultado do tipo quantitativo relacionado às ações desenvolvidas. Para isso, há a “mobilização de recursos humanos, a articulação de recursos técnicos, materiais e financeiros, a divisão de responsabilidades e a adoção de sistemas de informação voltados para o monitoramento, o controle e a avaliação” (PERONI; CAETANO, 2016a, p. 413), características fundamentais da lógica mercantilista.

O Instituto Unibanco (2017a, p. 5) justifica o foco na gestão escolar com o seguinte argumento:

A proposta do projeto Jovem de Futuro tem como foco a Gestão Escolar para Resultados de Aprendizagem (GEpR), por entender que o gestor escolar tem um papel fundamental na organização e articulação de processos e recursos disponíveis na escola, objetivando atingir metas com responsabilidades compartilhadas voltadas à garantia de acesso, permanência e aprendizagem na educação.

Nesse contexto, Peroni e Caetano (2016a) consideram que o Jovem de Futuro parte da premissa de que o problema da educação escolar está na gestão da escola, que é considerada comumente como ineficiente e ineficaz. Corroboramos essa ideia das autoras pois entendemos que o problema (ou os problemas) que embarreiram os avanços da escola pública não estão situados na gestão da escola, mas sim no modelo de sociedade e de educação em que a escola está inserida.

4. A PANDEMIA COMO JANELA DE OPORTUNIDADE PARA A EXPANSÃO REQUERIDA PELO CAPITAL

No Ceará, no ano de 2020, o Instituto Unibanco esteve presente em 659 escolas e abrangeu 324.660 alunos (INSTITUTO UNIBANCO, 2020a, p. 9). Boa parte da elevação dos índices educacionais relacionados ao ensino médio no Ceará desde 2012 tem sido comumente associada à atuação do Instituto Unibanco, através do PJJ, nas escolas estaduais.

No ano de 2020, no contexto da pandemia da Covid-19, o Instituto Unibanco criou, em parceria com a SEDUC/CE, a “Sala de Gerenciamento de Crise”. Essa ação se desenvolveu além das ações rotineiras relacionadas ao programa nas escolas. A “Sala de Gerenciamento de Crise” foi descrita da seguinte forma:

Diante dessa nova realidade, o Instituto Unibanco apresentou à Seduc uma estratégia de gestão para apoiar as ações que já estavam em curso no contexto da pandemia e também as futuras. Este apoio se consolidou na implementação da Sala de Gerenciamento de Crise, um espaço de trabalho e reuniões sistemáticas, com diversos interlocutores da rede, com o objetivo de contribuir com a secretaria na implementação, aprimoramento e organização de processos e informações no contexto de crise. A experiência da Sala de Gerenciamento de Crise se deu a partir da realização de encontros semanais nos meses de maio a julho, contando com, em média, 60 participantes a cada reunião. As discussões realizadas na sala se desdobravam no espaço semanal do comitê executivo da Seduc, composto pelos

coordenadores das Credes/ SEFOR, que compartilhavam as informações e orientações com sua rede de escolas, nas respectivas regionais em que atuam. (INSTITUTO UNIBANCO, 2020b, p. 28).

Na prática, essa “Sala de Gerenciamento de Crise” planejava, monitorava e avaliava as atividades pedagógicas remotas, elaborando também diretrizes para as escolas. Ainda no contexto de suspensão das aulas presenciais, outras ações, tanto no ano de 2020 quanto no ano de 2021, foram desenvolvidas pelo IU voltadas para gestores e professores. Muitas palestras e cursos de formação visando “gerenciar a crise” orientavam os atores escolares a desenvolverem estratégias “eficientes e produtivas”, com foco na obtenção de resultados positivos e, principalmente, a se “adaptarem”, se “flexibilizarem” e se “transformarem” no cenário de atividades remotas.

Aliás, é importante ressaltar que a palavra flexibilidade tem sido bastante utilizada no período pandêmico. Kuenzer (2021, p. 238), ao tratar sobre isso, conclui o seguinte:

A flexibilização define o projeto pedagógico da acumulação flexível em várias dimensões: na concepção de aprendizagem, flexível, cada vez mais mediada pelas tecnologias de informação e comunicação; nas propostas curriculares, como ocorreu com a flexibilização do ensino médio na última reforma; no aligeiramento da formação em todos os níveis de ensino, incluindo a formação de professores, para produzir subjetividades flexíveis; na organização e gestão dos processos de trabalho, flexibilizando o trabalho docente; nas relações entre capital e trabalho, pelo ajuste jurídico normativo, que institucionaliza a precarização via novas formas contratuais. A flexibilização, portanto, é uma das formas de atender à finalidade de formação e disponibilização de profissionais cuja força de trabalho poderá ser consumida de forma mais ou menos predatória ao longo das cadeias produtivas, segundo as necessidades da produção puxada pela demanda. (KUENZER, 2021, p. 238).

Para Silva (2011), existe íntima relação entre a precarização, o (des)emprego, a flexibilidade e a tecnologia, sendo esta usada para intensificar, ainda mais, a exploração da força de trabalho em escala mundial. Vejamos a seguir, Figuras 3, 4 e 5, alguns dos temas abordados nos ciclos de palestras realizadas em 2020 e 2021 e que demonstram a iniciativa do empresariado aproveitando o momento pandêmico para transformar o perfil dos educadores da escola pública.

Figura 3 - Tema de palestra realizada pelo Instituto Unibanco em dezembro de 2020

INSTITUTO UNIBANCO

WEBINÁRIOS:
GESTÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA
EM TEMPOS DE CRISE

**09
DEZ
16h**

**GESTÃO ESTRATÉGICA DE PESSOAS
NO CONTEXTO DA PANDEMIA**

Rita Jobim
Cibele Franzese
Francisca de Almeida Mascarenha
Kamillo Silva

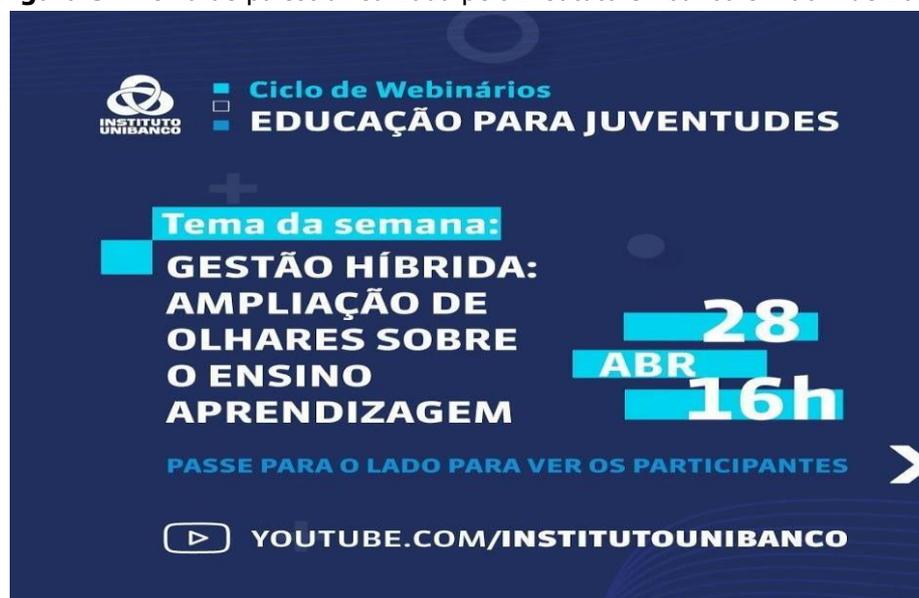
Fonte: Instituto Unibanco (2020c).

Figura 4 - Tema de palestra realizada pelo Instituto Unibanco em abril de 2021



Fonte: Instituto Unibanco (2021a).

Figura 5 - Tema de palestra realizada pelo Instituto Unibanco em abril de 2021



Fonte: Instituto Unibanco (2021b).

Os temas das palestras apresentadas acima evidenciam a oportunidade que se abre para a “transformação” que o capital requer da educação formal. Isso pode ser evidenciado, por exemplo, nas palavras do superintendente executivo do IU, Ricardo Henriques, afirmar no evento apresentado na Figura 4 que: “Nós estamos atravessando esse processo nessa situação de crise pandêmica, mas há no horizonte a expectativa de isso ser a favor de uma educação mais contemporânea, mais atualizada, mais engajadora, que produza sentidos”. Já César Nunes, gerente do IU, fala em uma “janela de oportunidades” que se abre no contexto de ensino remoto/híbrido para quem trabalha com tecnologia: “a gente sabe que é uma grande oportunidade aproveitar esse momento, essa janela, para criar situações que vão nos permitir fazer as mudanças a gente sempre quis e vai fazer” (INSTITUTO UNIBANCO, 2021b).

Souza e Evangelista (2020, p. 61) compreendem esse cenário da seguinte forma:

A pandemia vem sendo chamada para justificar mudanças profundas que se pretendem impingir à rede pública de ensino, não apenas durante ela, mas, especialmente, após. A quarentena tem recebido a designação eufemística de

“período de transição” para o modelo de ensino remoto – ou aprendizagem virtual, tecnológica, digital e mesmo educação a distância – que se estabilizaria e manteria como regra na Educação Básica. (SOUZA e EVANGELISTA, 2020, p.61).

O “cardápio” de soluções oferecidas pelo IU e muitas outras empresas envolvidas com a educação pública tem aproveitado o contexto educacional ocasionado pela pandemia da Covid-19 para colocar em prática a concepção de educação “moderna” e “carente de transformação”. Além disso, de forma geral, preconiza que o problema da educação pública é questão de “gestão” e que “pandemia exige ainda mais flexibilidade” (INSTITUTO UNIBANCO, 2020b).

Outra ação atual do Instituto Unibanco, essa por sua vez em âmbito nacional, refere-se à criação do site “Observatório de Educação, Ensino Médio e Gestão”. Consiste em plataforma online que reúne documentos, produção acadêmica, notícias, estatísticas e mídias em geral sobre o tema Ensino Médio e Gestão Escolar. Na seção “Panorama dos territórios”, há dados estatísticos detalhados sobre cada estado brasileiro, dentre eles o Ceará.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi apresentado, a atuação do Instituto Unibanco no Ceará no período de pandemia vai além das metodologias de projetos do Programa Jovem de Futuro, pois o Instituto tem estado presente em diversos momentos da educação pública estadual de nível médio, formando gestores e professores para a “transformação” educacional baseada na flexibilidade de trabalho docente e requisitando uma adequação curricular estratégica para a obtenção de resultados. Consideramos que esse formato de educação escolar corre o risco de apenas contribuir para a manutenção da sociedade capitalista desigual em que estamos inseridos.

Seja com o “Observatório da Educação”, com os cursos de formação continuada ou com o Programa Jovem de Futuro, o IU ocupa cada vez mais espaço na escola pública e imprime nela a mentalidade requerida pelo capitalismo contemporâneo, onde predominam as ideias de empreendedorismo, flexibilidade e adaptação às novas formas de trabalho, que por sua vez, estão cada vez mais precárias.

Constatou-se ainda que o foco do IU no Ensino Médio justifica-se pelas necessidades econômicas colocadas pelo capital, que por sua vez requer cada vez mais a expansão do lucro e da mão de obra barata. Além disso foi comprovada a ligação da política educacional do IU com os organismos internacionais.

Fica-se evidente também a intenção do setor privado em se apresentar para a sociedade como saída para o gerenciamento da qualidade da educação pública, pois as palestras realizadas pelo Instituto abordando o tema gestão híbrida denotam uma intenção em associar de forma mais efetiva a ligação entre o público e privado como se esses dois segmentos tivessem o mesmo objetivo.

Entendemos, portanto, que esse projeto de sociedade colocado através dessas ações reforça de maneira intensa o propósito de expansão dos lucros do capital através da formação educacional para a produtividade mercantilista. E essa visão de mundo não contribui satisfatoriamente para a construção de uma sociedade mais justa onde a redução de desigualdades deveria ser o foco principal. Por fim, reiteramos que a prática de uma educação voltada para ideais mercantilistas não deve ser o único fim da educação escolar.

6. REFERÊNCIAS

- CEARÁ. Secretaria de Educação do Estado do Ceará. **Jovem de Futuro**. 2017. Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/jovem-de-futuro/> . Acesso em: 20 de maio de 2022.
- INSTITUTO UNIBANCO. **Relatório de Atividades**. 2003. Disponível em: <https://www.institutounibanco.org.br/o-instituto/relatorios/> . Acesso em: 20 de maio de 2022.
- INSTITUTO UNIBANCO. **Relatório de Atividades**. 2007. Disponível em: <https://www.institutounibanco.org.br/o-instituto/relatorios/> . Acesso em: 20 de maio de 2022.
- INSTITUTO UNIBANCO. **Relatório de Atividades**. 2011. Disponível em: <https://www.institutounibanco.org.br/o-instituto/relatorios/> . Acesso em: 20 de maio de 2022.
- INSTITUTO UNIBANCO. **Relatório de Atividades**. 2019. Disponível em <https://www.institutounibanco.org.br/o-instituto/relatorios/> . Acesso em: 28 de maio de 2022.
- INSTITUTO UNIBANCO. **Relatório de Atividades**. 2020a. Disponível em <https://www.institutounibanco.org.br/o-instituto/relatorios/> . Acesso em 17 de maio de 2022.
- INSTITUTO UNIBANCO. **Liderança educacional: pandemia exige ainda mais flexibilidade, consistência e capacidade de construção de vínculos**. 2020b. Disponível em: <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/> . Acesso em 28 de maio de 2022.
- INSTITUTO UNIBANCO. **Gestão estratégica de pessoas no contexto da pandemia**. Webinário: Gestão da Educação Pública em Tempos de Crise. 2020c. 1h55m20s. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=TewWuK_e6YQ . Acesso em 28 de maio de 2022.
- INSTITUTO UNIBANCO. **Educação Híbrida: Uma oportunidade de transformação**. Webinário Educação para Juventudes. 14 de abril de 2021. 2021a. Duração: 1h48m14s. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_guRX_aLvNA&t=280s. Acesso em 28 de maio de 2022.
- INSTITUTO UNIBANCO. **Gestão Híbrida: ampliação de olhares sobre o ensino aprendizagem**. Webinário Educação para Juventudes. 28 de abril de 2021. 2021b. 02h12m. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dkewBziDppo&t=522s>. Acesso em 28 de maio de 2022.
- KUENZER, Acácia Zeneida. A precarização do trabalho docente: o ajuste normativo encerrando o ciclo. In: MAGALHÃES, Jonas. et al. **Trabalho docente sobre o fogo cruzado**. 1. ed. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2021. p. 235-250.
- LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.
- LUZ, Liliene Xavier. **Empresas privadas e educação pública no Brasil e na Argentina**. Educ. Soc., Campinas, v. 32, n. 115, p. 437-452, abr.-jun. 2011 Disponível em Rev115_Completa16x24.indd (scielo.br). Acesso em 30 de mai. de 2022.
- PERONI, Vera Maria Vidal.; CAETANO, Maria Raquel. **Atuação em Rede e o Projeto Jovem de Futuro: a privatização do público**. Revista Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 41, nº 2, p. 407-428, abr./jun. 2016a. Disponível em SciELO - Brasil - Atuação em Rede e o Projeto Jovem de Futuro. Acesso em 30 de maio de 2022.
- SILVA, Solonildo Almeida da. **Educação à distância e Universidade Aberta do Brasil: quando a mercantilização do ensino e a precarização da docência alcançam um novo ápice?** 2011. Tese

(Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, 2011.

SOUZA, Arthur Gomes de.; EVANGELISTA, Olinda. Pandemia! Janela de oportunidades para o capital educador. In: **Dossiê Colemarx - educação em tempos de pandemia**. 2020. Disponível em Pandemia! Janela de oportunidade para o capital educador - Contrapoder. Acesso em 30 de maio de 2022.

ZIENTARSKI, Clarice. **A relação entre trabalho e educação e as implicações no âmbito das escolas públicas de Fortaleza/CE**. Cadernos de Pesquisa, São Luís, v. 22, nº 1, jan./abr. 2015. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br>. Acesso em 30 de maio de 2022.

Submissão: 15/06/2022

Aceito: 05/09/2022